

Protocolo IEFP – REAPN

Instituto do Emprego e Formação Profissional

EAPN Portugal - Rede Europeia Anti-Pobreza

Relatório de actividades anual 2009

Protocolo IEFP – REAPN

Instituto do Emprego e Formação Profissional

Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal

**Relatório de actividades anual
2009**

Índice

Introdução	3
Acções em desenvolvimento	5
Acção 1	5
Acção 2	7
Acção 3	8
Acção 4	9
Acção 5	15
Acção 6	17
Acção 7	19
Articulação com as estruturas centrais do IEFP	22
Recursos utilizados	23
Conclusões	24
Cronograma	27

Introdução

De acordo com a Clausula 2ª do Protocolo de Cooperação estabelecido entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal em 2000, este documento tem como principal objectivo a apresentação do trabalho desenvolvido durante o ano 2009.

Após a significativa reformulação deste Protocolo de cooperação a partir do ano 2008, as actividades centraram-se quase exclusivamente na vertente informação/sensibilização, sendo este um dos eixos prioritários de intervenção da REAPN, quer ao nível nacional quer ao nível europeu. Apostando na continuidade das acções desenvolvidas em anos anteriores, com algum enfoque na vertente mais transnacional e nas novas tecnologias de informação e comunicação, abarcamos temáticas mais abrangentes, designadamente a Economia Social, a Responsabilidade Social das Empresas e outras relacionadas com a inclusão no mercado de trabalho de públicos socialmente mais desfavorecidos, não deixando contudo a já tradicional abordagem sobre as medidas do Mercado Social de Emprego.

Relativamente às propostas formuladas no Plano de Acção apresentado no início deste ano, as actividades desenvolvidas, registaram uma significativa taxa de não execução, em grande parte pelo atraso ocorrido na aprovação desse mesmo Plano (Junho), facto que impossibilitou a realização atempada de algumas das actividades agendadas.

Face à reformulação dos objectivos e metas deste Protocolo, estabelecidos em 2008, em grande parte tendo em conta novos contextos organizacionais que redefiniram e reformularam novas políticas activas de emprego e à importância assumida pela Estratégia Europeia de Inclusão Activa, as acções desenvolvidas foram focalizando aspectos mais relacionados com a empregabilidade de públicos socialmente desfavorecidos. Por outro lado, acentuou-se uma ênfase no debate de fenómenos em crescimento, durante os últimos anos, quer em Portugal, quer em contexto Europeu, referimo-nos, concretamente, ao aumento da incerteza do mercado de trabalho, às mudanças económicas e à crise instalada. Estes destaques visam sobretudo uma necessidade de dar visibilidade à dimensão da inclusão sócio-laboral e à importância da *Inclusão Activa*, como base fundamental para o avanço e reforço do Modelo Social Europeu.

Outra dimensão a ter em conta, nos desenvolvimentos destas acções, refere-se à evolução das políticas de emprego em Portugal, em particular as que se destinam a públicos mais desfavorecidos. As novas configurações destas políticas obrigaram a um novo enquadramento e novas abordagens, bem como novas metodologias de intervenção. Neste sentido, a REAPN, como um interlocutor privilegiado para as questões da pobreza e da exclusão social, quer a nível nacional, quer a nível europeu, sempre considerou fundamentais

para a resolução dos problemas das populações carenciadas as questões da empregabilidade e da inserção sócio profissional destes públicos. Mas esta inserção, só faz sentido, na nossa opinião, se for capaz de abarcar outras dimensões sociais integradoras dos indivíduos, particularmente ao nível da saúde, da educação, da habitação e da qualidade de vida – o emprego por si só não significa integração. A aposta na qualificação para o emprego e no emprego, de segmentos da população desfavorecidos e particularmente sujeitos a dificuldades de inserção/reinserção no mercado de trabalho, tais como: jovens com menores habilitações, mulheres, trabalhadores mais velhos e menos qualificados, pessoas com deficiência, imigrantes e outros grupos vulneráveis, sempre orientaram o trabalho desenvolvido pela REAPN. O desenvolvimento destas acções, tem em conta estes pressupostos e pretende realçar a importância do trabalho desenvolvido pelas entidades públicas e privadas na inserção sócio-profissional destes públicos.

O relatório está dividido em cinco partes: I) as acções em desenvolvimento durante o ano 2009; II) articulação com as estruturas centrais do IEFP; III) os recursos disponíveis para a prossecução das acções planificadas, IV) conclusões V) cronograma da execução.

Acções desenvolvidas

Acção 1

Janeiro a Dezembro

Promoção de acções de informação/sensibilização para a inserção de públicos desfavorecidos, nos seus diversos segmentos, e destinadas a profissionais e dirigentes de organizações de acção social e á sociedade civil em geral, assim como aos próprios beneficiários das diversas medidas.

Eixo de intervenção

Informação/Sensibilização

Enquadramento

A informação constitui um eixo fundamental da actuação da REAPN junto das instituições de acção social, particularmente na divulgação e sensibilização das temáticas da empregabilidade dos públicos mais desfavorecidos e nas políticas activas de emprego. Nesta área a REAPN tem desenvolvido e aperfeiçoado, nos últimos anos, alguns instrumentos importantes neste processo de troca de fluxos de informação e de recursos, assim todos os instrumentos de informação disponibilizados pela REAPN, continuarão a ter um papel central na activação deste Protocolo.

Actividades

Um

Publicação na Revista de Política Social *Rediteia* (1 número neste semestre) de artigos de especialistas em áreas variadas: políticas sociais activas de emprego e inserção profissional; economia social como promotora de emprego e inserção; posições tomadas pelos órgãos da União Europeia e pela European Anti-Poverty Network (EAPN) e outros projectos desenvolvidos pela REAPN e por seus associados no que respeita a empregabilidade de públicos desfavorecidos e de uma forma mais transversal aos problemas de emprego e desemprego à escala nacional e europeia.

Neste sentido a *Rediteia* nº 42 (**Anexo 1**), cuja temática foi o *Ano Europeu do Diálogo Intercultural*, destacam-se os seguintes artigos, mais relacionadas directamente com este Protocolo:

- PNAI 2008-2010 – A reacção da REAPN.
- Informação – Percursos individualizados de mudança.
- Pontes rumo à inclusão – Articulação das Estratégias de Emprego e Inclusão em Portugal.
- Inclusão das comunidades gitanas – Recomendações de acção.

- Inclusão Activa – Um novo ímpeto para a Europa Social.
- Relatórios Estratégicos Nacionais – Sobre a Protecção Social e Inclusão Social (2008-2010).
- Desafiar a precariedade do sector não lucrativo português.

Dois

O Boletim informativo Flash Rede (publicação mensal ao nível nacional – foram publicados 8 números durante o ano 2009), de divulgação em formato papel e digital, dirigida a associados da REAPN, com informações sobre eventos, projectos e actividades de formação. Foram apresentadas informações variadas sobre temáticas como a Inclusão Activa, Economia Social, Projectos, candidaturas a projectos e outras temáticas relevantes (**Anexo 2**).

Três

Boletins dos Núcleos Regionais – *Nrede* (Núcleo Regional do Norte); *Vozes do Centro* (Núcleo Regional do Centro); *Diálogos* (Núcleo Regional do Sul), constituem um conjunto de revistas temáticas com especial enfoque em questões regionais (6 números – 2 por cada região). Em 2009, foram publicados 3 números de cada uma destas revistas (**Anexo 3**), com temáticas variadas sobre as várias temáticas abrangidas por este Protocolo.

- Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial (*NRede*).
- Estratégias de Participação (*Vozes do Centro*).
- (Des)institucionalização (*Diálogos*)

Foram ainda preparadas as edições dos segundos números para serem editados no início de 2010 destes Boletins.

Parceiros

Associados da REAPN

Especialistas em diversas áreas de intervenção social

Entidades públicas e privadas, com responsabilidades na área das políticas sociais activas

Equipa técnica da REAPN (Sede e núcleos)

Acção 2

Janeiro a Dezembro

Desenvolvimento, manutenção e actualização de sistemas de informação.

Eixo de intervenção

Informação/Sensibilização

Enquadramento

A página da Internet da REAPN possui um *link* directo à página do Protocolo. Este instrumento apresenta uma actividade de consulta intensa, na ordem das 5000 visitas mensais. Nesta página está igualmente publicado o anuário das Empresas de Inserção, publicado em 2005.

Actividades

Quatro

Actualização e manutenção da página da Internet da REAPN, (relatórios de actividades formativas, relatórios de actividades, relatórios de execução, eventos, estudos, publicações, relatórios europeus)

A página da Internet da REAPN (www.iefp.reapn.org) verificou-se uma evolução significativa no que respeita à sua utilização por parte das pessoas que consultam a página. Assim, no último relatório semestral sobre a utilização da página, o número total de visitantes durante o ano 2008 foi de 23236, sendo que 20833 são visitantes únicos, a estes dados gerais poder-se-á verificar igualmente que o número médio de visitantes diários é de 63,6 o que significa uma média mensal de 1936,3 das mais diversas origens – embora com um claro destaque para Portugal – os meses onde se verificam o maior número de visitas foram Junho e Maio, com 6846 e 3779 visitas, sendo os assuntos mais visitados: *eventos, anuário, formação e estudos* e as palavras-chave mais utilizadas para a busca: *iefp, marketing social, empresas de inserção e mercado social de emprego*.

A página encontra-se em permanente actualização, conforme o decurso dos eventos e a publicação de documentos.

Cinco

Intranet, destinada à utilização interna e as linhas editoriais para publicação de outras matérias de divulgação.

Parceiros

Associados da REAPN
Equipa técnica da REAPN (Sede e núcleos)

Acção 3

Janeiro a Dezembro

Intercâmbio e tratamento de informação oriunda dos diferentes órgãos da Comissão Europeia, das redes nacionais da EAPN e outros organismos internacionais.

Eixo de intervenção

Informação/Sensibilização

Enquadramento

Esta tarefa resulta da necessidade de traduzir e adaptar à realidade nacional, documentos/publicações que possam constituir uma mais-valia em termos do aprofundamento dos temas e das áreas em que incide este protocolo. Estes documentos poderão várias origens e fontes e serão sempre objecto de análise prévia da equipa da REAPN. Serão igualmente traduzidos os principais documentos produzidos pela European Anti-Poverty Network (EAPN) no âmbito do Emprego e da Inclusão Social, em especial as que são trabalhadas em torno das decisões da Comissão Europeia.

Actividades

Seis

Tradução de documentos, pareceres, livros técnicos e outros documentos pertinentes no âmbito das políticas activas de emprego, empregabilidade de públicos desfavorecidos, Economia Social e Terceiro Sector, Responsabilidade Social, Cidadania Empresarial e outras temáticas afins.

Das publicações mais importantes traduzidas ou em tradução, destacam-se.

- Relatório do *8th Meeting of People experiencing poverty*. **(Anexo 4)**
- *EAPN Structural Funds Manual*. **(Anexo 5)**
- *Small steps, big changes*. **(Anexo 6)**

- *Guia metodológica de la Participacion Social (Anexo 7)*
- *Spring Alliance Manifesto (Anexo 8)*

Parceiros

Equipa técnica da REAPN (Gabinete de Informação)
Redes nacionais da European Anti- Poverty Network
Outras entidades internacionais

Acção 4

Novembro

Acções que identifiquem e divulguem casos de sucesso na inserção de pessoas desfavorecidas e acções de sensibilização do tecido empresarial no sentido da adopção de novas formas de organização do trabalho, novas atitudes sociais e novas práticas de gestão.

Eixo de intervenção

Informação/Sensibilização

Enquadramento

Esta actividade tem em conta as iniciativas da Comissão Europeia no âmbito dos diversos Anos Europeus, especialmente 2009 e 2010:

- 1) O Ano Europeu para a Competitividade e Inovação (2009), tendo como objectivo geral apoiar os Estados-membros na promoção da criatividade através da aprendizagem ao longo da vida, enquanto motor de inovação e factor essencial do desenvolvimento das competências pessoais, profissionais e sociais, e do bem-estar de todos os cidadãos.
- 2) O Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social (2010), que será um ano especial para a Rede Europeia Anti-Pobreza uma vez que a ideia deste Ano nasceu no seio da nossa organização e porque 2010 marca a data limite definida pela União Europeia para produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza.

Actividades

Sete

Realização de um **Seminário Internacional** que se articule numa matriz entre a inserção sócio profissional de públicos desfavorecidos e a experiência de outros parceiros no que respeita à promoção da Estratégia Europeia de Inclusão Activa.

Foram desenvolvidos contactos com entidades nacionais e europeia, designadamente o Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (CES – FEUC), com o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e com a Associação Metropolitana de Serviços (A.M.S.) no sentido de se estabelecer um grupo de trabalho que elaborasse um programa e apoiasse todos os aspectos logísticos necessários à realização deste evento, esta reunião aconteceu em Coimbra, durante o mês de Maio e foram estabelecidas as bases de trabalho nomeadamente: um pré-programa, a definição do local e a divisão de tarefas relativas aos aspectos logísticos.

Ao nível europeu foram ainda endereçados convites a diversas personalidades estrangeiras e estabelecida uma primeira data de realização (30 de Setembro e 1 de Outubro). A relativamente tardia aprovação do Plano de acção para 2009, inviabilizou a realização destas datas, sendo estabelecida uma nova data que foi fixada para 23 e 24 de Novembro (**Anexo 9- Programa**).

2. Fundamentação

A evolução registada no actual contexto socioeconómico possui como pano de fundo as profundas transformações económicas e sociais já em curso, em torno do trabalho e do emprego.

A evolução recente dos mercados de trabalho já traduzia, em certa medida, a própria desregulação das economias nacionais, derivada da *“liberalização dos mercados de trabalho, da redução dos direitos laborais e da desvinculação dos salários a ganhos de produtividade ou a índices de custo de vida”* (Hespanha, 2002; 3).

Os sistemas de emprego dos países industrializados enfrentavam já uma conjuntura de crise acentuada, em que os impactos da globalização se relacionavam com a transformação dos sectores de actividade económica (desindustrialização, terciarização, deslocalização da produção), responsáveis pelo incremento acentuado nos encargos globais da protecção social, o qual não encontra atenuação pela via do financiamento, tanto mais que se mantém em paralelo uma tendência forte de envelhecimento demográfico com relevantes impactos na estrutura e composição da população activa (Hespanha, 2002).

A diminuição do emprego em alguns dos sectores da actividade económica é acompanhada por um crescente processo de flexibilização do emprego¹ a todos os níveis (e em particular no que respeita aos

¹ As novas formas de trabalho que têm aparecido no mercado, em função da flexibilidade, são consideradas como trabalho não convencional, precário ou atípico porque, de facto, contrariam a “antiga” estrutura do trabalho assalariado permanente e a tempo inteiro, desde o fim da escolaridade até à idade da reforma. Até então, tem-se procedido à sua regulamentação para não se cair na perigosidade de se considerarem estas formas como económica e socialmente marginais ao sistema produtivo. A regulamentação destas novas formas de trabalho foi feita, por isso, numa dupla perspectiva. Por um lado, a da eficácia económica (no

vínculos contratuais e às condições objectivas do trabalho), pela generalização da precarização e pelo aumento do desemprego, com particular incidência no desemprego de longa duração.

Na medida em que o mercado de trabalho não se constitui como uma realidade imune às distinções sociais, reflecte e produz as desigualdades mais diversas (Pedroso et al, 2005: 19), não só ao nível das categorias sociais que apresentam um significativo desfavorecimento face ao mercado de trabalho mas também junto de trabalhadores qualificados, que perdem empregos permanentes e bem remunerados, sem que consigam posteriormente obter um novo emprego nas mesmas condições (Hespanha, 2002: 1).

É certamente neste contexto que B. Perret e G. Roustang² (citados em Clavel, 2004: 162) afirmam que “o estado do mercado de trabalho faz pesar uma ameaça de desqualificação social duradoura nas vastas categorias de indivíduos comuns”, lembrando para a amplitude das consequências inerentes a este processo, que transcendem claramente as perspectivas mais tradicionais das questões do acesso ao emprego.

Ao conceito de flexibilidade do mercado de trabalho, entendido como “a capacidade da empresa modular a segurança do emprego segundo as realidades económicas” (OCDE, 2004: 69, citada em Pedroso et al, 2005: 99) é contraposto o conceito de adaptabilidade, que “se refere à capacidade do mercado de trabalho para:

1. garantir protecção contra os riscos não seguráveis do mercado de trabalho,
2. assegurar que as competências profissionais correspondem continuamente à procura, num contexto em que o desenvolvimento económico e tecnológico e a divisão internacional do trabalho evoluem, e
3. manter um nível eficiente de mobilidade geográfica e sectorial”

Ao considerarmos mais concretamente a questão da adequação das competências profissionais ao contexto e da mobilidade geográfica e sectorial, é possível perceber a prioridade atribuída à criação de emprego, em particular na vertente de dinamização das oportunidades locais. No entanto, esta orientação é manifestamente insuficiente para lidar “com a enorme complexidade de uma transição problemática, com múltiplas contradições e fortes desigualdades sociais” (Pedroso et al, 2005; 26), tanto mais que se mantêm e se ampliam as clivagens que trespasam o mercado de trabalho³.

âmbito da qual as empresas recorrem à flexibilidade, quer funcional quer quantitativa), uma vez que a produção de riqueza é sempre comandada em função de novas regras de competitividade, que poderá dar origem a novas formas de organização de trabalho associadas à alteração da natureza dos empregos, e, por outro lado, na perspectiva da diminuição da incidência negativa ao nível da protecção dos trabalhadores.

² B. Perret e G. Roustang, *L'économie contre la société*, Seuil, Paris, 1993, p. 47

³(Boeri et al., 2002, citado em Pedroso et al: 100)

CLAVEL, Gilbert, *A Sociedade da Exclusão. Compreendê-la para dela sair*, Porto Editora, Porto, 2004.

HESPANHA, Pedro, *Algumas questões de fundo para uma avaliação da nova geração de políticas sociais*, VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11 Oct. 2002, disponível em

<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044512.pdf>, acedido em 19-09-2006.

A precariedade, estritamente associada às desigualdades e às clivagens que lhes estão na base, constitui assim uma tendência de relevo no mercado de trabalho. À precariedade laboral associa-se “a precariedade social como sub-universo da ocorrência de problemas de acesso ao mercado de trabalho, que resulta numa amputação de parte (ou da quase totalidade) do estatuto social associado ao trabalho por parte de pessoas que efectivamente trabalham, defendendo a acção dirigida para a limitação num patamar socialmente sustentável do nível de empregos periféricos, para a conversão de empregos periféricos em empregos típicos e para a reconsideração da relação entre as formas periféricas e as formas típicas de prestação de trabalho através de regulação legal eficaz.” (Pedroso et al, 2005: 2)

A insegurança relativamente ao estatuto (Bauman 1999: 161), a incerteza quanto ao futuro e a desprotecção de si próprio e do património compõem um sentimento geral de precariedade que afecta os cidadãos (Pedroso et al, 2005: 26) e que induz profundas transformações nas próprias dinâmicas subjacentes à estrutura social, sendo mesmo possível antevermos a generalização de consequências gravosas para a sua própria coesão social.

A fragmentação da relação de trabalho tradicional põe em causa o seu poder socialmente integrador (Castel, 1995; Sennett, 1998, em Pedroso et al, 2005: 26) e contribui para o aumento dos contingentes da população activa que, de forma intermitente ou contínua, se posicionam na esfera da ausência do papel laboral (e correspondente perda do estatuto social)⁴.

A integração no e pelo trabalho também se torna multifacetada, na medida em que se torna “incerta”, em que a insegurança deriva da duração do trabalho, ou “desqualificada”, derivada da ausência de potencial de progressão profissional (Paugam, 2000: 368-376, em Pedroso et al, 2005: 27) e falível, enquanto principal meio de inclusão dos indivíduos na estrutura social (a este título relembram-se as situações de trabalho ilegal⁵, informal, ou mesmo, em certa medida, o fenómeno dos working poor⁶).

PEDROSO, Paulo (Coord.), Acesso ao Emprego e Mercado de Trabalho. Formulação de Políticas Públicas no Horizonte de 2013, FEUC, Coimbra, 2005, disponível em http://infoeuropa.ciejd.pt/F/?func=service-media-exec&doc_library=CIE01&doc_number=000036264&media_index=00001. acedido em 19-09-2006.

³ “qualificados e não-qualificados, info-incluídos e info-excluídos, emprego estável e emprego precário, trabalhadores legais e ilegais, maiorias e minorias étnicas ou sexuais, etc”. (Pedroso et al, 2005: 26).

⁴ O qual, por vezes é parcial e temporalmente substituído por diferentes estatutos alternativos (dos beneficiários das próprias políticas activas de emprego), na medida em que as pessoas em processo de inserção acedem a um estatuto de trabalhador (ainda que de trabalhador “especial”) preferível ao de desempregado (Pedroso et al, 2005: 23).

⁵ Situações que se apresentam como especialmente preocupantes, dada a questão da privação do acesso aos direitos no trabalho, que condicionam fortemente o direito à cidadania. A participação no mercado de trabalho desempenhando trabalho informal em empresas formais (trabalho não declarado ou trabalho ilegal) ou trabalho no sector informal da economia, refira ao trabalhador todo e qualquer tipo de protecção social,

Com base na evolução recente verificada ao nível do mercado de trabalho, torna-se algo redutor equacionar a intervenção apenas numa perspectiva de capacitação dos desempregados, mediante o combate aos défices escolares e de qualificação, afigurando-se como fundamental a intervenção ao nível das consequências mais vastas do processo de desqualificação social e o centramento da mesma na questão da empregabilidade dos sujeitos⁷, de forma a lidar efectivamente com as situações específicas dos que vivem “na ponte” entre desemprego e emprego.

Se o trabalho (e o emprego, certamente), por si só, não constitui garantia de integração, então torna-se legítima a questão: *que trabalho pode efectivamente produzir uma integração caracterizada pela segurança e estabilidade (entendendo-se por estas uma menor precariedade e não uma situação de emprego vitalício), num contexto de profundas transformações económicas traduzidas em alterações nos sectores de actividade, nos postos de trabalho que os compõem e nas qualificações exigidas para o seu desempenho?*

O presente contexto económico e social, marcado por uma profunda crise económica, em que o encerramento ou a reestruturação de empresas tem correspondido a um exponencial aumento das taxas de desemprego, apresenta-se assim como uma assinalável oportunidade para debater e reflectir sobre o binómio “Inclusão Social e o Emprego”.

2. Objectivos

Na medida em que se pretendeu que este seminário constituísse um momento de reflexão importante para o debate da relação entre Inclusão Social e Emprego, tendo em conta o desafio colocado pelo actual contexto socioeconómico. Fixam-se como objectivos:

- Problematizar as questões da activação e da inclusão activa, no que respeita à sua relação com as actuais (e futuras) políticas públicas de inclusão e de emprego;
- Debater os seus impactos (actuais e potenciais) para a promoção da inclusão e empregabilidade de públicos desfavorecidos;
- Sensibilizar as entidades e instituições para a importância do trabalho em parceria;
- Contribuir para o aumento do *know-how* das instituições participantes, no que toca às estratégias de operacionalização do trabalho em parceria, enquanto metodologia de trabalho em prol da inclusão social e da empregabilidade de públicos desfavorecidos.

na medida em que esta deriva de existência de uma relação jurídica adequada entre as partes (Pedroso, 2005: 33-35).

⁶ Trabalhadores que auferem salários inferiores ao limiar de pobreza e que desenvolvem um trabalho que não lhes garante os meios adequados de subsistência.

⁷ Ao qual não é alheia a necessidade de limitar a exploração decorrente da degradação crescente da qualidade do emprego (Van Parijs, 1999: 271ss., em Pedroso et al: 2005, 32).

3. Destinatários

Constituíram destinatários deste Seminário:

- Técnicos e dirigentes de ONG's e IPSS's e outros agentes de intervenção social, cujo trabalho esteja ligado à inserção de públicos em situação de desfavorecimento;
- Técnicos e dirigentes de autarquias;
- Instituições de ensino superior e Unidades de Investigação;
- Organizações / empresas (potenciais empregadoras), em particular no sector dos serviços, dos concelhos da Grande Área Metropolitana do Porto.

4. Temáticas a Abordadas

O Seminário constituiu um evento especificamente destinado a trabalhar a importância e a aplicação prática de temáticas relevantes na área inclusão e da empregabilidade, nomeadamente:

- a) Possibilidade de articulação entre as políticas de inclusão e emprego, sob a influência dos princípios de inclusão activa ;
- b) Activação dos indivíduos em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho – oportunidades e ameaças;
- c) Metodologias para o envolvimento activo dos indivíduos na construção dos seus próprios projectos de inserção socioprofissional;
- e) Papel das TIC nas estratégias de inclusão pelo emprego e na mediação entre oferta e procura, etc.

5. Metodologia

O Seminário foi essencialmente informativo, sendo os temas apresentados pelos diferentes convidados (utilizando o método expositivo), havendo posteriormente espaço para a interacção e debate (método activo). Todos os participantes receberam um Kit de Participante, contendo toda a informação abordada durante o Seminário (sob a forma de papel e/ou CD-Rom), assim como um instrumento de avaliação do mesmo.

O Seminário “Inclusão Social e Emprego” procurou mobilizar um conjunto significativo de contributos, nomeadamente:

- I. Ao nível dos oradores/palestrantes procurou-se obter a colaboração de especialistas (nas áreas da inclusão e do emprego), responsáveis políticos, policy makers e responsáveis de projectos de intervenção que privilegiam a intervenção em rede, no âmbito das áreas da inclusão e do emprego.
- II. Ao nível de instituições/organismos/estruturas potencialmente interessantes para captação de oradores/palestrantes, podemos identificar:
 - EAPN;
 - Instituições de Ensino Superior;
 - Unidades e Centros de investigação;
 - Redes temáticas – EQUAL
 - Organismos da Administração Pública;
 - Organizações promotoras de projectos de intervenção nas áreas identificadas, etc.

Relatório de avaliação em anexo (**Anexo 10**).

Parceiros

- European Anti Poverty Network (EAPN).
- Associação Metropolitana de Serviços (A.M.S.)
- Instituto de Emprego e Formação Profissional.
- Instituto da Segurança Social.
- Entidades académicas com relevância na temática da Inclusão Activa.

Acção 5

Abril, Maio, Junho

Promoção, organização e monitorização de acções de sensibilização para profissionais de intervenção social, que permita aprofundar conhecimentos e competências profissionais e relacionais, tendo em vista uma melhor adaptação às mutações organizacionais e o reforço da sua empregabilidade.

Eixo de intervenção

Informação/Sensibilização

Enquadramento

Estas acções tiveram como objectivo principal sensibilizar para as questões da Inclusão Activa, da cidadania participativa e da integração sócio – profissional de grupos de desfavorecidos e com especiais dificuldades no mercado de trabalho.

Tiveram o formato de workshop, decorreram entre o mês de Abril e de Junho e foram essencialmente dirigidos aos técnicos das CLAS das Redes Sociais, que diagnosticaram na sua área de intervenção temáticas relacionadas com as questões do emprego/desemprego, inclusão activa, empregabilidade de públicos desfavorecidos e novas formas de pobreza e desemprego. Foi ainda incluída como “*boa prática*” de inclusão social activa a experiência concreta da Associação Metropolitana de Serviços, que actuando na Área Metropolitana do Porto, complementou a intervenção da REAPN nestes eventos. Em relação aos objectivos específicos:

- Contribuir, para a promoção da Estratégia da Inclusão Activa, em conjunto com todas as entidades que, em Portugal, promovem e aplicam a nível nacional os seus grandes objectivos: reforço da coerência das políticas activas do mercado de trabalho, acesso a um rendimento adequado e a serviços de qualidade.
- Fomentar a cooperação entre parceiros envolvidos, públicos e privados, bem como o público em geral para a Inclusão Activa, assim como todo o sector das organizações de Economia Social e instituições que trabalham na intervenção social.
- Divulgar e promover o debate das boas práticas e as experiências ao nível dos outros parceiros europeus e nacionais, articulando com entidades que trabalham em Portugal: IPSS's, empresa de inserção e sector privado empresarial.
- Alertar para a especificidade e o contributo da Inclusão Activa nas questões do trabalho e do desenvolvimento, realçando as boas práticas de sectores privados e públicos na integração sócio – profissional de grupos desfavorecidos e com especiais dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Actividades

Oito

7 Conferências sobre a temática da Inclusão Activa e o seu papel na Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social (**Anexo 11**).

Locais	Datas	Número de participantes	Temática
--------	-------	-------------------------	----------

Viana Castelo	15 Abril	20	<i>Emprego/Desemprego – Inclusão Activa</i>
Guarda	19 Maio	25	<i>Emprego/Desemprego – Inclusão Activa</i>
Porto	26 Maio	25	<i>Emprego/Desemprego – Inclusão Activa</i>
Porto	27 Maio	24	<i>Emprego/Desemprego – Inclusão Activa</i>
Viseu	16 Junho	24	<i>Novas formas de pobreza</i>
Viseu	17 Junho	25	<i>Novas formas de pobreza</i>
Leiria	18 Junho	25	<i>Emprego/Desemprego – Inclusão Activa</i>

Parceiros

Núcleos distritais da REAPN
Instituto de Emprego e Formação Profissional
Instituto da Segurança Social
CLAS das Redes Sociais

Nove

Sessões desenvolvidas pelos núcleos distritais da REAPN, no âmbito de temáticas deste Protocolo:

- **Aveiro:** “ *Integração, manutenção e reintegração da população no mercado de trabalho*” em co-organização com a Rede Social, Vagos 25 de Junho. Participantes 54 técnicos, dirigentes e público em geral.
- **Braga:** “ *Sessões de informação sobre Gestão Corrente para microempresários*”, no âmbito de medidas de apoio à criação do próprio emprego (ILE’s, Microcrédito), realizadas em 27 de Abril em Guimarães e em 20 Maio em Amares. Total de participantes: 16 microempresários.
- **Braga:** “*Sessão informação sobre Microcrédito*”, 11 de Março, Vila Verde. Participantes 17 pessoas interessadas em criar o seu próprio posto de trabalho.
- **Bragança:** “*Sessão informação sobre o Microcrédito*”, 25 Fevereiro, Bragança, 17 pessoas.
- **Santarém:** “ *Microcrédito para beneficiários do RSI*”, Santarém, 5 Fevereiro. Participantes 40 pessoas.
- **Viseu:** “*Apresentações públicas da temática do Microcrédito*”, 29 Janeiro, Vouzela (90 participantes); 25 Março em Oliveira de Frades (75 participantes); 21 Maio, Nelas (30 participantes).
-

Acção 6

Janeiro a Dezembro

Promoção de estudos de investigação no âmbito da empregabilidade e das políticas activas de emprego, articulando estas acções com um sistema de informação com as estruturas já desenvolvidas pela REAPN - Plataformas Regionais de Apoio às Políticas de Inserção de Públicos Desfavorecidos.

Eixo de intervenção

Investigação

Enquadramento

O principal objectivo destas plataformas é o estudo das dificuldades específicas dos grupos mais vulneráveis da população do ponto de vista da sua integração sócio – profissional e a necessidade de um aprofundamento do conhecimento a nível territorial sobre a situação das pessoas abrangidas pelas diferentes medidas, programas e projectos com percursos de acompanhamento da inserção no emprego.

Durante o ano 2008, foi desenvolvido um estudo com base num questionário dirigido às entidades promotoras desses programas, que pretendeu inquirir sobre as diversas fases das acções de formação dirigidas a públicos desfavorecidos.

Deste projecto espera-se que possa dar um importante contributo para a análise de processos relativos à formação profissional no nosso país e ao conhecimento dos percursos de inserção profissional e social de muitos dos formandos e das entidades formadoras, permitindo compreender os esboços dos condicionalismos e das resistências da formação profissional, particularmente, no que respeita ao seu contributo real para a inserção social. Pretende-se, igualmente, promover “boas práticas” e bons exemplos de ligação entre a formação profissional e a empregabilidade, bem como a sensibilização e a mobilização da opinião pública e particularmente do tecido empresarial para o recrutamento de públicos desfavorecidos e para o aproveitamento do seu potencial.

Actividades

Dez

Conclusão da investigação em curso no âmbito das Plataformas de Informação Regional de Apoio às Políticas de Inserção de Públicos Desfavorecidos, medidas, programas e projectos com percursos de acompanhamento da inserção no emprego: o Programa Operacional de Emprego Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS), Eixo 5 – Medida 5.3 – *Promoção da Inserção Social e Profissional de Grupos Desfavorecidos*.

Esta actividade foi concluída com a revisão dos dados estatísticos, estando em fase de elaboração o enquadramento teórico-metodológico.

Onze

Estudos de caso “*As Boas Práticas nas políticas activas de emprego*” – complemento ao estudo sobre empregabilidade de públicos desfavorecidos.

Esta actividade complementar ao estudo referenciado no número anterior, não teve desenvolvimento durante este ano, pelo facto da aprovação do Plano de Acção ter acontecido em Junho.

Parceiros

Núcleos distritais da REAPN

Instituto de Emprego e Formação Profissional

Instituto da Segurança Social

Outras ONG com práticas de empregabilidade de públicos desfavorecidos

Estabelecimentos de Ensino Superior com Protocolo de Cooperação com a REAPN

Acção 7

Janeiro a Dezembro

Acompanhamento das políticas, directivas, e recomendações nos organismos internacionais da União Europeia e outras organizações internacionais, designadamente através da representação da REAPN na European Anti-Poverty Network (EAPN), com especial incidência nas *Task Forces* do Emprego, Fundos Estruturais e Inclusão Social.

Eixo de intervenção

Cooperação transnacional

Enquadramento

A Rede Europeia Anti Pobreza / Portugal - REAPN representa em Portugal a European Anti Poverty Network (EAPN), que é uma associação independente de associações e grupos de luta contra a pobreza e a exclusão social, em todos os estados da União Europeia. Os membros da EAPN são redes nacionais – como a REAPN – e organizações europeias com o mesmo objectivo.

Os membros da EAPN estão implicados numa grande variedade de actividades que visam a luta contra a pobreza e a exclusão social, tais como a formação, a informação e as actividades que visam especificamente a participação e a responsabilização das pessoas em situação de pobreza.

Actividades

Doze

A realização das actividades da EAPN é da responsabilidade dos seus membros, repartidos pelos órgãos estatutários e pelos grupos de trabalho (*task forces*). Os membros destes grupos, contribuem decisivamente para a elaboração dos dossiers europeus, graças às suas visões nacionais e aos seus contributos pessoais, bem como à especialização dentro da organização e/ou da rede nacional em que trabalham.

Existem três *task forces* na EAPN: Inclusão Social; Emprego e Fundos Estruturais.

A *task force* da Inclusão Social tem como representante o Dr. Sérgio Aires, consultor da REAPN e tem como principais objectivos a questão da pobreza na “ordem do dia”, fazer pressão ao nível nacional e europeu para a promoção de políticas mais eficazes em matéria de luta contra a pobreza e a exclusão social. Em grande parte, isto implica realizar um trabalho de sensibilização sobre a pobreza e as desigualdades e promover a integração transversal da inclusão social, via as políticas integradas que poderão resultar num contributo significativo para uma sociedade mais inclusiva.

Neste sentido, a EAPN tem desempenhado um papel central na elaboração e execução do Método Aberto de Coordenação que a U.E. aplica à protecção social e à inclusão social, nomeadamente pela vertente dos Planos Nacionais de acção para a Inclusão (PNAI).

As actividades do Grupo de Trabalho da Inclusão social, envolvem todos os membros da EAPN no sentido de elaborarem objectivos que conduzam a políticas mais eficazes para a inclusão social e uma melhor governança, sendo este último objectivo extremamente ligado à participação das pessoas em situação de pobreza.

Através dos domínios políticos que este grupo segue, a EAPN identifica as prioridades seguintes:

- Planos nacionais de acção para a inclusão e um Método Aberto de Coordenação mais participativos e eficazes.
 - Promoção de melhores políticas de inclusão social.
- Realização de um trabalho de sensibilização sobre a pobreza, a distribuição da riqueza e a desigualdade.
- Ano Europeu da Luta contra a pobreza e a exclusão social (2010).

Relativamente à *task force* do Emprego, cujo representante é a Dr. Acácio Conde, trabalha essencialmente as questões relacionadas com o desemprego, precariedade laboral, trabalhadores pobres e todas as questões ligadas com a ligação entre esta questão e o emprego, cujos laços se apresentam por vezes muito ligados. A partir de 1990, a EAPN tem realizado esforços para que as políticas de emprego se baseiem sobre os direitos fundamentais e o respeito pelos trabalhadores, particularmente os mais pobres, com a finalidade de que o emprego seja criador de inclusão e não mais um factor de exclusão. As principais actividades deste grupo são:

- A flexisegurança, como tendência para uma maior coesão social.
- A economia social, enquanto instrumento de inclusão social.
- As políticas activas do mercado de trabalho, enquanto factores de boa activação e que possa favorecer a coesão social.
- Para que as ONG's do campo social sejam consideradas como partes activas nas discussões sobre as políticas sociais.

Por último a *task force* dos Fundos Estruturais, representada pela Dr.^a Fátima Veiga, trabalha essencialmente no pressuposto de que depois dos anos 90 a EAPN sempre reivindicou às instituições europeias para assegurar que os fundos estruturais tenham um impacto significativo na luta contra a pobreza e a exclusão social. Desta forma, pretende-se que as redes nacionais da EAPN possam implicar-se no processo de atribuição dos fundos estruturais ao nível nacional e europeu. Os principais objectivos são:

- Maior atribuição de parcelas dos Fundos Estruturais nas medidas que visam a inclusão social.
- Reforço do princípio do partenariado, como condição de acesso aos fundos.
- Reenquadramento do acesso das ONG's aos Fundos Estruturais.

Treze

Troca de informação, ao nível da inserção sócio-profissional de públicos desfavorecidos e das políticas activas de emprego, com as EAPN Espanha, nomeadamente através dos núcleos regionais da REAPN e das redes autonómicas espanholas: Galiza, Castilha – Leon; Extremadura e Andaluzia.

Foram realizados contactos com as respectivas redes autonómicas espanholas e com a EAPN Espanha, foi igualmente realizada uma reunião em Janeiro e outra em Julho de 2009, em Salamanca, com o objectivo de avaliar as acções desenvolvidas em conjunto ao nível nacional, regional e europeu. As temáticas específicas deste Protocolo estarão presentes em acções futuras a desenvolver pelas duas redes nacionais – nos vários níveis – ainda durante o ano 2009. Prepara-se igualmente acções para o Ano 2010 – Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social.

Catorze

Tradução, adaptação e publicação, de materiais de campanha, tomadas de posição e pareceres da EAPN e das *Task Forces* do Emprego, Inclusão Social e Fundos Estruturais.

Ver Acção 3, Actividade 6.

Parceiros

Equipa técnica da REAPN (Sede e núcleos)

Instituto de Emprego e Formação Profissional

Instituto da Segurança Social

EAPN Espanha

Redes autonómicas da Galiza, Castilha – Leon, Extremadura e Andaluzia

Articulação com as estruturas centrais do IEFP

O Acordo de Cooperação celebrado prevê na sua Cláusula 7ª a existência de uma “Comissão Paritária constituída por dois representantes do IEFP, um dos quais preside às reuniões e um representante da REAPN”.

Dando seguimento a esta orientação, os representantes da REAPN nesta Comissão serão:

- Dra. Sandra Araújo – Coordenação Técnica da REAPN
- Dr. Júlio Paiva – Técnico de Responsável pelo Projecto

Considera-se pertinente que se realizem reuniões periódicas da Comissão Paritária com vista a acompanhar as acções desenvolvidas e efectuar uma avaliação contínua que permita reajustamentos e alterações ao plano de acção delineado, caso se revelem necessárias.

Não se realizou nenhuma reunião desta Comissão, no entanto foram estabelecidos contactos com a equipa do IEFP responsável pelo acompanhamento deste Protocolo.

De acordo com o Plano de Acção foi apresentado o relatório intermédio de execução no final do primeiro semestre.

Recursos utilizados

Para a prossecução dos objectivos e promoção das actividades delineadas no presente Plano, a REAPN contou com os seguintes recursos:

Humanos

- a) Apoio da coordenação técnica da REAPN para acompanhamento da execução do Plano;
- b) Apoio dos Interlocutores Regionais da REAPN para a implementação regional das acções;
- c) Apoio dos Núcleos Regionais, nomeadamente através dos seus representantes regionais (coordenação);
- d) Contratação de um técnico licenciado a meio tempo para a execução das tarefas directamente relacionadas com as acções do projecto;
- e) Contratação dos facilitadores / formadores que colaborarão nas acções a implementar;
- f) Membros da REAPN que integrarão a Comissão paritária entre a mesma e o IEFP.
- g) Utilização pontual e de comum acordo de alguns dos recursos técnicos do IEFP, nomeadamente ao nível das acções de Sensibilização e na organização da Conferência Internacional sobre Economia Social e no trabalho de investigação sobre Empresas de Inserção.

Técnicos

- a) Utilização dos meios logísticos da REAPN (Sede nacional e Núcleos Regionais) para a promoção das acções em causa;
- b) Mobilização das Organizações membros da REAPN para a prossecução das acções;
- c) Contratação dos restantes meios necessários para a boa prossecução das acções, nomeadamente: sensibilização, formação, seminários, recolha de informação, divulgação e disseminação das acções, etc. (meios logísticos que serão afectos exclusivamente a esta acção).

Conclusões

Tal como referimos aquando da publicação do relatório semestral deste ano (em Julho), a aprovação tardia deste Plano de Acção condicionou a execução de uma grande parte dos eventos planeados. Contudo, este constrangimento teve mais expressão nas actividades dedicadas ao eixo da investigação, uma vez que se tratam de acções que implicam uma execução ao longo de um período de tempo mais longo e cujo desenvolvimento tem uma planificação no tempo mais difícil de conciliar quando não executadas atempadamente. Do ponto de vista do eixo informação/sensibilização a execução pode ser considerada satisfatória, para todas as acções planeadas, em grande parte porque é assegurada pela estrutura de funcionamento interno da REAPN, através dos seus núcleos distritais e regionais, pelas linhas editoriais e pela colaboração de associados e parceiros.

Após a reformulação dos termos e das temáticas relativas a este protocolo, julgamos existirem quatro grandes marcos fundamentais: a existência de algumas limitações na execução de algumas das acções; a relativa boa execução naquilo a que nos propomos a realizar neste âmbito (apesar dos constrangimentos); a abrangência e amplificação das temáticas e a introdução gradual de uma vertente transnacional de abordagem a estas temáticas. No primeiro caso, já por várias vezes temos dado conta na execução destes relatórios de determinados constrangimentos que condicionam a execução de algumas das acções propostas, a primeira das quais tem sido a relativamente tardia aprovação (particularmente nos últimos dois anos) que de facto, estabelece um período de tempo útil que não permite que a planificação das acções seja concretizada. Outro grande constrangimento, deve-se à não existência de recursos humanos suficientes, que permitam um trabalho intenso, particularmente ao nível da investigação, que requer mais dedicação e afectação de tempo para as metodologias e projectos propostos.

Do ponto de vista da “boa execução”, a REAPN tem feito um esforço, para desenvolver – particularmente ao nível da informação sensibilização - uma execução quase total das acções propostas. Em grande parte o aproveitamento e a boa gestão dos recursos internos à instituição, assim o têm permitido. Neste sentido deixamos aqui uma palavra ao trabalho desenvolvido pelos núcleos distritais e regionais da organização, que têm permitido – numa lógica de parceria e de entrosamento com os seus próprios projectos e recursos – que algumas das tarefas sejam de facto executadas nos locais mais afastados da sede nacional da REAPN. Mas não apenas a estrutura local da REAPN tem permitido que este trabalho se realize, os próprios associados, quando envolvidos nestas questões têm demonstrado alguns claros de trabalho em rede e em parceria, particularmente na disseminação da informação e na preparação, execução e avaliação de muitos eventos,

planificados neste protocolo. A este nível gostaríamos também de deixar uma nota de agradecimento às estruturas locais e regionais do IEFP, que igualmente desenvolvem um bom trabalho sempre que solicitados. No que respeita às temáticas desenvolvidas, não deixaram de se centrar na questão da empregabilidade dos públicos mais desfavorecidos perante o mercado de trabalho, no entanto, o âmbito relativamente limitado do Mercado Social de Emprego como quadro de referência e de trabalho deste protocolo á muito que foi ultrapassado. Nestes últimos anos este trabalho tem abrangido áreas mais amplas: A Economia Social, as suas potencialidades e debilidades; o processo de qualificação que empreende nos últimos anos; o seu papel de empregador de públicos mais desfavorecidos; os seus projectos e preocupações futuras. A este nível tem sido uma preocupação dar visibilidade ao trabalho desenvolvido por estas organizações quer do ponto de vista interno, quer externo, as suas apostas e desafios, procura-se também – sempre que possível – indagar sobre as políticas activas de emprego, quais as suas perspectivas e quais as dificuldades, em especial numa época de aumento do desemprego e de maior dificuldade de inserção de públicos mais difíceis de colocar no mercado de trabalho.

A Inclusão Activa tem também sido um dos temas centrais. A realização de um seminário internacional procurou trazer novas discussões sobre este tema, como estratégia subscrita pelos Estados – membro da União Europeia, no sentido de reforçar a integração de públicos desfavorecidos e dar um enfoque decisivo no combate á pobreza e á exclusão social. Outras temáticas, têm contribuído de uma forma decisiva para o alargamento da “visão” deste trabalho: O Microcrédito, a Responsabilidade Social das Empresas e a Cidadania Empresarial, as novas formas de pobreza, a crise económico – financeira, mas tem sido sobretudo a questão da empregabilidade dos públicos mais desfavorecidos que tem sido o mote de trabalho e a preocupação central.

O último dos marcos a que fizemos referência diz respeito à questão da dimensão transnacional que tem vindo a ser implementada: por um lado a própria dimensão europeia da REAPN, tem permitido que se articule o trabalho desenvolvido pela European anti Poverty Network (EAPN), nomeadamente através da sua Task Force do Emprego, com o uma dimensão nacional à escala das políticas activas de emprego e tem sobretudo imprimido um sentimento de pertença a uma Europa cada vez mais interligada, por outro lado, esta mesma dimensão europeia permite à escala nacional, a discussão de temáticas mais abrangentes e a experiencia de outros países e outras redes nacionais. Este tipo de trabalho tem sido mais visível sobretudo ao nível dos documentos produzidos, traduzidos e publicados nos diversos meios de informação que a REAPN tem ao seu dispor (página da internet, revista REDITEIA e outros). Por outro lado estes documentos têm também servido de ponto de partida para muitas das actividades desenvolvidos: caso dos workshops sobre Inclusão Activa realizados no primeiro semestre e que permitiram uma nova abordagem à temática do emprego/desemprego dos públicos mais afastados do mercado de trabalho. Este esforço de introdução desta componente mais

européia, tem igualmente contribuído para a realização de alguns eventos onde as diversas experiências de outras realidades e o contributo de académicos e especialistas europeus têm estado presentes.

Do ponto de vista do futuro, esperamos que o contributo decisivo do Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social (AEC PES 2010), tenha um impacto positivo neste trabalho, quer ao nível da visibilidade pública que lhe pretendemos dar, quer ao nível da discussão e reflexão internas sobre as políticas de emprego em Portugal e na União Europeia. Com efeito, pensamos que a realização deste grande evento, seja também um contributo para o desenvolvimento do nosso trabalho. No que respeita à REAPN e aos projectos que apresentou, teve em conta de uma forma clara que as questões aqui tratadas são da maior importância e que a par da execução deste plano terão uma expressão significativa na questão da empregabilidade dos públicos mais afastados do mercado de trabalho.

Cronograma

ACÇÕES A DESENVOLVER	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Acção 1 – Promoção de acções de informação/sensibilização para a inserção de públicos desfavorecidos.												
Acção 2 - Desenvolvimento, manutenção e actualização de sistemas de informação.												
Acção 3 – Intercâmbio e tratamento de informação												
Acção 4 - Promoção de “boas práticas” junto de entidades públicas e privadas nacionais, no âmbito dos anos Europeus do triénio (2008-2010). Seminário Internacional												
Acção 5 - Promoção, organização e monitorização de acções de sensibilização para profissionais de intervenção social.												
Acção 6 -Promoção de estudos de investigação no âmbito da empregabilidade e das políticas activas de emprego - Plataformas Regionais de Apoio às Políticas de Inserção de Públicos Desfavorecidos.												
Acção 7 - Acompanhamento das políticas, directivas, e recomendações nos organismos internacionais.												